

CHECKLIST DE DOCUMENTAÇÃO PARA ESCRITURA DE DIVÓRCIO, CONVERSÃO DE SEPARAÇÃO EM DIVÓRCIO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL

Confira quais documentos você já possui para a lavratura da sua escritura.

Documentos Iniciais

- ✓ Petição em duas vias devidamente assinada pelo advogado (Temos um modelo em nosso site <http://www.cartoriomaia.com.br/formularios/>)
- ✓ Cópia autenticada da OAB do advogado

CÓPIAS AUTENTICADAS DOS DOCUMENTOS RELACIONADOS ABAIXO

DO CASAL

- ✓ Documento oficial de identificação (Em bom estado de conservação e com possibilidade de identificar o titular)
- ✓ CPF
- ✓ Certidão de Casamento (Em caso de Conversão de Separação em Divórcio, é necessário a apresentação da Certidão de Casamento com a averbação da separação judicial e cópia da sentença da separação judicial)
- ✓ Pacto Antenupcial (Se houver)
- ✓ Registro do Pacto Antenupcial no Livro Auxiliar 3 do Cartório de Registro de Imóveis (Se houver)
- ✓ Escritura Pública Declaratória de União Estável (tratando-se de dissolução de união estável)
- ✓ Registro da Escritura Pública Declaratória de União Estável no Livro Auxiliar 3 do Cartório de Registro de Imóveis (Se houver)
- ✓ Informação sobre nacionalidade, estado civil, profissão, endereço com CEP, e-mail
- ✓ **Caso as partes tenham declarado a data de início da união estável para um momento anterior à lavratura da escritura pública, será necessário apresentar a homologação judicial da escritura, uma vez que apenas judicialmente poderá ser fixada uma data pretérita à lavratura da escritura de reconhecimento de união estável. (DECISÃO/OFÍCIO CIRCULAR nº 32/2022-CGJUCGJ)**

Observação: Se uma das partes for representada por procuração, é necessário que a procuração seja pública e com poderes específicos para assinar escritura de divórcio ou conversão de separação em divórcio ou dissolução de união estável, contendo todas as cláusulas necessárias:

- 1 - Não tem filhos menores ou incapazes;
- 2 - Dispensa pensão alimentícia por ter condições de prover o próprio sustento ou especificar o valor e o período que será paga a pensão alimentícia;
- 3 - Não possui bens a partilhar ou listar os bens a serem partilhados, atribuindo-lhes um valor monetário e especificando como será a partilha;
- 4 - Que por nunca ter mudado de nome, continuará adotando o seu nome de solteiro, qual seja, _____; (ou) volta a adotar o nome de solteiro, qual seja _____;

CHECKLIST DE DOCUMENTAÇÃO PARA ESCRITURA DE DIVÓRCIO, CONVERSÃO DE SEPARAÇÃO EM DIVÓRCIO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL

5 - Que o cônjuge virago não se encontra em estado gravídico e que não tem conhecimento sobre essa condição.

Toda procuração pública para divórcio, conversão da separação em divórcio e dissolução de união estável tem prazo máximo de validade de 30 dias a contar da data de sua lavratura. Art. 36 da Resolução 35 de 24/04/2007 do CNJ.

Caso a procuração tenha sido emitida em outra comarca é necessário reconhecer o sinal público do Tabelião que a emitiu.

DOS FILHOS ABSOLUTAMENTE CAPAZES

- ✓ Documento oficial de identificação (**Em bom estado de conservação e com possibilidade de identificar o titular**) ou Certidão de Nascimento (**se for solteiro**) ou Certidão de Casamento com as devidas averbações (**se casado, separado judicialmente, divorciado ou viúvo**)
- ✓ CPF
- ✓ Informação sobre nacionalidade, profissão, endereço com CEP, **e-mail**

DOS BENS A SEREM PARTILHADOS

Documentos que comprovem a propriedade ou a pose dos bens e direitos a serem partilhados e suas respectivas certidões.

➤ **IMÓVEL URBANO**

- ✓ Certidão de matrícula ou transcrição com certidão de ônus e ações (atualizadas, menos de 30 dias de emissão)
- ✓ Certidão de quitação de tributos imobiliários (IPTU)
- ✓ Outros documentos que comprovem a propriedade ou a posse (em caso de posse, o imóvel tem que ter inscrição de IPTU e contrato de aquisição).

➤ **IMÓVEL RURAL**

- ✓ Certidão de matrícula ou transcrição com certidão de ônus e ações (atualizadas, menos de 30 dias de emissão)
- ✓ Certidão de regularidade fiscal do imóvel emitida pela Secretária da Receita Federal – ITR
- ✓ CCIR – Certificado de Cadastro de Imóvel Rural, atualizado e devidamente quitado
- ✓ Outros documentos que comprovem a propriedade ou a posse (em caso de posse o imóvel tem que ter inscrição e contrato de aquisição).

➤ **BENS MÓVEIS – Apresentar comprovante da propriedade do Bem**

CHECKLIST DE DOCUMENTAÇÃO PARA ESCRITURA DE DIVÓRCIO, CONVERSÃO DE SEPARAÇÃO EM DIVÓRCIO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL

- ✓ Em caso de veículos, cópia autenticada do CRV (certificado de registro de veículo)
- ✓ Em caso de saldo em conta bancária, cópia autenticada do extrato bancário

CERTIDÕES FISCAIS EM NOME DO CASAL CASO HAJA PARTILHA DE BENS

- ✓ CND da Receita Federal (<http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PF/Emitir>)
- ✓ CND da Receita Estadual (<https://internet-consultapublica.apps.sefaz.ce.gov.br/certidaonegativa/preparar-consultar>)
- ✓ CND Trabalhista (<https://www.tst.jus.br/certidao1>)

OBS: Em caso de bens imóveis localizados fora do estado do Ceará, emitir certidão negativa de débito estadual em nome do casal no estado onde o imóvel é localizado.

DOS TRIBUTOS DEVIDOS EM CASO DE PARTILHA DE BENS

- **PARTILHA IGUALITÁRIA:** Guia de ITCD, não incidente, natureza da guia: Divórcio Consensual.
- **PARTILHA DESIGUAL:** Guia de ITCD, especificando a porcentagem que cada cônjuge vai ficar de cada bem, constando possível excedente de meação, com o devido recolhimento do tributo. natureza da guia: Divórcio Consensual. Apresentar, DAE de pagamento do ITCD e o Comprovante do pagamento do ITCD
- **PARTILHA DE BEM IMÓVEL COM VENDA DA MEAÇÃO ENTRE DIVÓRCIANDOS:** Guia de ITCD, não incidente, natureza da guia: Divórcio Consensual, DTI do ITBI da compra e venda do imóvel emitida pela SEFIN, DAM do ITBI e comprovante do pagamento do ITBI.

Resolução 35 do CNJ de 24/04/2007: Art. 15. O recolhimento dos tributos incidentes deve anteceder a lavratura da escritura / Art. 38. Na partilha em que houver transmissão de propriedade do patrimônio individual de um cônjuge ao outro, ou a partilha desigual do patrimônio comum, deverá ser comprovado o recolhimento do tributo devido sobre a fração transferida.

DA AVERBAÇÃO DA ESCRITURA

A escritura deverá ser averbada na certidão de casamento dos divorciados (Resolução 35 do CNJ de 24/04/2007: Art. 40. O traslado da escritura pública de separação e divórcio consensuais será apresentado ao Oficial de Registro Civil do respectivo assento de casamento, para a averbação necessária, independente de autorização judicial e de audiência do Ministério Público.)

CHECKLIST DE DOCUMENTAÇÃO PARA ESCRITURA DE DIVÓRCIO, CONVERSÃO DE SEPARAÇÃO EM DIVÓRCIO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL

OBSERVAÇÕES:

1. Os documentos acima mencionados estão sujeitos à análise, pode haver solicitação de outros documentos.
2. Todas as certidões fiscais e certidões dos imóveis (matrículas/transcrições) devem estar dentro do prazo de validade para o momento da lavratura da escritura, e não apenas no momento da abertura do protocolo.
3. Em respeito à Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), após a protocolização do pedido de lavratura da escritura, os documentos entregues à serventia, juntamente com a petição inicial só poderão ser retirados do cartório, pessoalmente, pelo advogado que os entregou e assinou a petição, o qual por requerimento escrito deverá solicitar tais documentos, que acarretará automaticamente o cancelamento do processo. O cancelamento do processo acarretará o pagamento dos emolumentos da certidão de cancelamento de protocolo.
4. Na ausência do pedido e da presença do advogado, os documentos apresentados só poderão ser devolvidos aos seus respectivos titulares.
5. Não poderão ser fornecidas cópias dos documentos arquivados.
6. O Tabelião (controlador) ficará com a guarda dos documentos por 05 (cinco) anos. Findo este período, se o advogado ou as partes não sanarem as pendências para a conclusão da escritura, o protocolo será cancelado e os documentos destruídos, sem prévio aviso.